03-11-2021

MULHERES NA POLÍCIA

EXISTE EPI PARA ASSÉDIOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO?

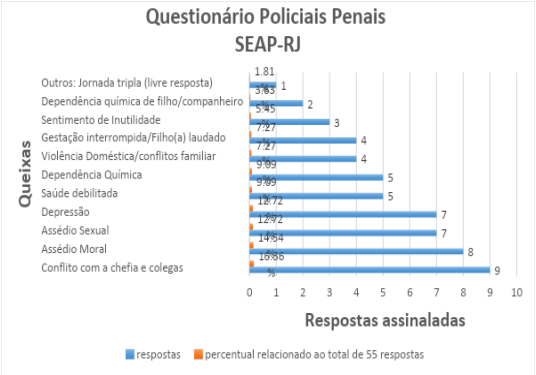
Ludmila Abrante Garcia

[Fisioterapeuta e Especialista em Políticas Públicas e Sociais]

Incentivada e orientada por minha mãe a prestar o concurso para agente penitenciária no Rio de Janeiro em 1997, ela também agente penitenciária da ativa desde 1986, por meio de suas experiências, cá estou para exercer a penosa atividade de carcereira, profissão que sempre está no top entre as carreiras mais estressantes, nas estatísticas de pesquisa em saúde do trabalhador do mundo. Herdar sua experiência deu-me bastante segurança para usar recursos necessários para lidar com as violências que eu enfrentaria. Contudo, ela não me disse que a cada violência moral sofrida, mesmo aparentemente superada, iam se acumulando sofrimentos, como doses diárias de veneno, que mais tarde se evidenciaram em sofrimento psicossocial e adoecimento mental que, inevitavelmente, resultaria em intervenções medicamentosas e terapêuticas. Mas ela também não sabia e, assim como eu, percebemos tarde, já adoecidas, o abuso indiscriminado de álcool e psicotrópicos. Somada aos assédios e preconceitos de gênero, tem a questão dos EPIs de segurança dos servidores do SOE [Serviço de Operações Especiais] do Grupamento de Escolta do Sistema Prisional, que transporta custodiados para hospitais e audiências nos tribunais.

São equipamentos pesados - coletes à prova de balas, armamentos curto e longo, além das munições letais e de baixa letalidade -, ou seja, mais de 20 quilos envoltos no corpo por horas, quase sempre por todo o plantão de 24 hs. Como o corpo feminino e mente podem se manter saudáveis ou menos sobrecarregado? A grande maioria das mulheres deste grupamento especial, a que eu pertenço desde 2004 (primeiro edital que ofertou vagas femininas), não gosta da exclusão, da sujeição por parte dos pares do sexo masculino, de que as mulheres policiais não possuem estrutura física e psicológica para um combate, que não temos capacidade de sermos operacionais, que servimos apenas para atividades leves e que por isso nosso lugar é na cozinha, para fazer o café, servir e cuidar da parte administrativa.

De ouvir por exemplo: "*não trabalho com mulher porque mulher nesse serviço não serve*." Devido a essas narrativas cruéis, muitas são proativas em demasia, com o objetivo de provar sua capacidade profissional, trabalham em excesso, causando mais cedo ou mais tarde o adoecimento físico e mental. Depois, já no limite do esgotamento e adoecidas, tudo o que se quer é ficar no café e na parte administrativa, mas aí, algumas gestões desumanas exigem certas "meritocracias" como o "teste do sofá". Outras gestões sexistas e misóginas simplesmente ignoram as especificidades do ser feminino com suas vidas de tripla jornada, beneficiando apenas os homens, camaradas, mais antigos ou não, cedendo-lhe as vagas em setores mais suaves e cargos de chefias, as mulheres seguem na mesma batida do início, sem nunca galgar um posto de comando sequer. Quando a policial engravida, ela é vista como um problema, comentários de que se usa a gravidez para sair do trabalho pesado, ou para ficar de licença acontecem. Em uma gestão insensível e desumana no interior dos presídios é comum manter a gestante no ambiente estressor, no interior do cárcere ou na recepção de visitantes dos presos tendo que procurar drogas e celulares em locais os mais inusitados possíveis e, quando encontrados, deve-se dar voz de prisão e fazer a ocorrência na delegacia. Sei de pelo menos 3 policiais femininas que abortaram trabalhando. Uma delas, sangrou e depois do aborto a chefia não a liberou para ir ao hospital, fazendo-a trabalhar até cumprir o horário do plantão. Num dos relatos de uma policial penal que, quando fiz a abordagem do tema de assédio e gestação no ambiente prisional, em um grupo de WhatsApp do trabalho, confessou: *"Desci da galeria sangrando, perdi meu filho, não fui orientada por ninguém, voltei para galeria fazer confere da presa que me estressou."* Estamos diante de um evidente caso de revitimização sem precedentes, mas que é invisível até que aparece informalmente quando a questão é debatida em uma roda de conversa ou um caso concreto semelhante ocorre e se torna público, causando indignação... Mas para além dos muros da prisão, o relato ainda é invisível. ..... Diante de tantas histórias como essa, em abril formamos um grupo de trabalho composto por mulheres policiais penais, a maioria do Rio de Janeiro, determinadas a combater o assédio, promover a saúde das policiais penais de todo o Brasil e oferecer recursos terapêuticos imediatos para quem sentisse desejo. O grupo fundou o Projeto de Acolhimento e Escuta Estrela Dinha Oliveira, em junho de 2021, com o apoio de 2 legisladores federais que se comprometeram a divulgar o questionário de reconhecimento e adesão dessas mulheres por todo o Brasil. Com o objetivo principal de discutir uma política pública em saúde para essa população de trabalhadores, não apenas feminino e do sistema prisional, mas também para todos os atores da Segurança Pública. Contudo, antes mesmo da construção do projeto, nosso movimento aplicou um questionário direcionado às policiais femininas com opções semiestruturadas e abertas para 17 Polícias Penais da SEAP/RJ, em abril de 2021. No campo da observação, juntamente com escutas aleatórias de algumas policiais Penais do Rio de Janeiro, solicitamos que apontassem o que consideravam como fatores preponderantes que pudessem causar desgastes no âmbito do trabalho e se tais demandas afetavam seu cotidiano profissional e pessoal.



As respondentes poderiam marcar mais de uma opção. O objetivo foi identificar os tipos de problemas mais comuns e urgentes dentre as queixas das profissionais. Diante dessa primeira observação, buscamos apoio do GEPSID/UERJ [Grupo de Estudos e Pesquisas, Subjetividades e Instituições em Dobras do Instituto de Psicologia] que entrevista individualmente, encaminha e realiza atividades de acolhimento e escuta em grupo no formato on-line de policiais penais femininas que desejarem. Hoje, um questionário mais amplo está sendo aplicado e será apresentado em breve. Porém, sem nenhum suporte institucional da segurança pública, da saúde ou assistência social. Inclusive, o Sindicato dos servidores da Policia Penal do Rio de Janeiro, recusou o convite de apoio, alegando conflitos de interesse. Se nesses meses, o pedido de apoio institucional para a realização de levantamento de dados foi muito difícil, imagina para a criação de um programa para o combate efetivo às violências de gênero nas instituições policiais?

A quem interessa a invisibilidade dessas ocorrências e a proteção da saúde e segurança dessas mulheres policiais do sistema penal? ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.